



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
78ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 A septuagésima oitava Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve
4 lugar no auditório da SEMA, Porto Alegre-RS, no dia doze de novembro do ano de
5 dois mil e quatorze, às quatorze horas e quinze minutos. **Compareceram** os
6 conselheiros: SEMA Neio Lúcio Fraga Pereira – Presidência; Secretaria da
7 Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio – SEAPPA, representante: Cláudio
8 Fioreze; Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã – SEPLAG,
9 representante: João Motta; Secretária da Saúde- SES, representante: Sandra
10 Fagundes; Secretaria da Ciência, inovação e Desenvolvimento Tecnológico- SCIT,
11 representante: Carlos Alberto Prade; Tânia Zoppas - Comitê Caí, titular; Renato
12 Zenker - Comitê Camaquã - titular; Ivo Mello - Comitê Ibicuí – titular; Paulo Robinson
13 Samuel - Comitê Gravataí - titular; Daniel Schmitz - Comitê Taquari-Antas – titular;
14 Roberto Damásio de Carvalho, - Comitê Santa Maria - titular; André Luiz V. C.
15 Oliveira - Comitê Lagoa Mirim – Canal São Gonçalo - titular. **Ausentes:** Secretaria
16 dos Transportes; Secretaria do Desenvolvimento e Promoção de Investimentos –
17 SEDAI; Secretaria da Energia, Minas e Comunicações – SEINFRA; Secretaria
18 Especial para Assuntos da Casa Civil; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Sistema
19 Nacional de Recursos Hídricos **Ausência Justificada:** Secretaria de Obras Públicas,
20 Irrigação e Desenvolvimento Urbano **Demais:** Shirley D. Nielsen – ABES-RS; Cícero
21 Zorzi – DRH/SEMA; Diego Polacchini Carrillo – FEPAM; Ricardo Nuncio – SOP;
22 Patrick Laigneau – Comitê Vacacaí; Claudir Luiz Alves- CBHPF; Karolina Turcato –
23 DRH/SEMA; Eduardo F. Torres – Comitê Butuí-Icamaquã; Eldo Costa – Comitê
24 Santa Maria; Cizino R. Rocha – SES/RS; Marco Mendonça – DRH/SEMA; Valéria
25 Borges Vaz – Comitê Pardo; Paulo Roberto Cervi – COAJU; Carmem Silva –
26 CRH/SEMA; Patrícia Moreira – CRH/SEMA. Iniciando os trabalhos com a
27 apresentação sobre o Plano de Bacia do Rio dos Sinos, o representante da Profill,
28 Carlos Bortoli, que desenvolveu a fase C do Plano de Bacia dos Sinos, informa que
29 este foi uma complementação do enquadramento que é o projeto da apresentação,
30 e que terminou com o plano de ações. O contexto plano teve uma fase inicial, uma
31 chamada consolidação de base técnica na fase A, a fase enquadramento e
32 complementação de enquadramento que começou em outubro de 2013 e terminou
33 em março de 2014, há aproximadamente seis meses, e a fase C. Do ponto de vista
34 da elaboração do enquadramento, foram 35 encontros entre reuniões internas, do
35 comitê, das comissões de acompanhamento e eventos públicos. Oito reuniões
36 técnicas entre a comissão de acompanhamento, dez reuniões da comissão de
37 acompanhamento, seis na CPA do comitê, havia instâncias de deliberação que eram
38 consultadas a cada momento que o processo de enquadramento andava, uma delas
39 era a CPA do comitê, e seis plenárias do comitê Sinos, além de cinco reuniões
40 públicas. A primeira das definições para o enquadramento foi a vazão de referência,
41 qual vazão de referência é válida para o enquadramento, no Sinos se decidiu pela
42 Q85. Com relação aos cursos de água a serem enquadrados, além de definir os seis
43 cursos de água que fariam parte do contrato final de enquadramento da bacia dos
44 Sinos, foram definidas as segmentações dos cursos de água, onde os trechos
45 tinham situações características e que precisavam ser segmentadas para que o
46 enquadramento fizesse mais sentido, que tivesse condição de efetividade. Outra das
47 definições importantes são as metas intermediárias e os exames temporais, o
48 enquadramento foi planejado para 25 anos com essas metas intermediárias, sendo
49 que, devendo sair mais ou menos um percentual da população a ser atendida pelo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

50 esgotamento sanitário. Além desse enquadramento que foi decidido, tão esperado
51 na bacia, havia as pendências com o licenciamento em função do enquadramento.
52 Ao todo, foram 34 ações deliberadas e aprovadas. Resta então o enquadramento
53 realizado e as ações por serem efetivadas. Ao final de uma série de
54 questionamentos técnicos, o representante da FEPAM, Diego Carrilo, apontou a
55 necessidade de se criar uma minuta de resolução do CRH para as diretrizes de
56 outorga e colocar para aprovação do CRH, tanto a parte qualitativa quanto a parte
57 quantitativa. Essa é a próxima etapa. Também se coloca à disposição. O Diretor do
58 DRH, Marco Mendonça, informa que no caso dos Sinos, foram instaladas duas
59 estações, uma em Caraá e outra em Campo Bom, nesse momento estão instalando
60 um lote de doze estações. Foram adquiridas mais dezoito na semana passada e a
61 ideia é que até o final do ano em torno de trinta estações tenham sido instaladas no
62 estado. E outra coisa sobre a bacia dos Sinos, o DRH está aguardando por um
63 estudo técnico para fazer uma revisão a partir do ano que vem para trabalhar as
64 questões de outorgas para o setor de irrigação na bacia dos Sinos. O Secretário de
65 Meio Ambiente, Neio Lucio Fraga Pereira, retoma o primeiro ponto da pauta: as
66 comunicações. O primeiro item das comunicações é o ofício 161/2014 da Secretaria
67 do Desenvolvimento e Promoção do Investimento, informando que o representante
68 da secretaria será hoje o senhor Diogo Machado Nunes, excepcionalmente. O
69 próximo item da comunicação seria o encaminhamento pelo CRH de uma solicitação
70 do comitê de gerenciamento de bacia do rio Gravataí para a alteração do regimento
71 interno. Foi deliberado no comitê uma proposta de alteração que deverá ser
72 encaminhada para a CTIJ e depois para apresentação e aprovação no CRH. Os
73 próximos itens se referem a inserções de pauta. O primeiro item também referente
74 ao Comitê Gravataí e seria para a deliberação do CRH o reconhecimento do
75 território de irrigação e usos múltiplos da água da bacia do rio Gravataí, solicitação e
76 encaminhamento pelo CRH. O segundo seria a solicitação do comitê Gravataí de
77 inserção para votação na ordem do dia para a renovação do acordo sobre retirada
78 de água na bacia do rio Gravataí (Safrá 2014-2015). O próximo item a ser incluído
79 também para deliberação, é a aprovação do regimento interno do comitê de bacia do
80 rio Mampituba, e o último item, moção de apoios sobre a PEC da água que seria
81 uma solicitação de moção do CRH do comitê de bacia do Alto Jacuí, com
82 apresentação de representante do SINDIÁGUAS. Para a aprovação do CRH.
83 Aprovadas as inclusões dos itens relatados. O primeiro item da ordem do dia seria a
84 aprovação das atas 21^a, 22^a das reuniões extraordinárias que ocorreram para
85 aprovação da primeira versão do plano estadual de recursos hídricos e a 74^a e 75^a
86 da reunião ordinária do CRH – RS. Por questões técnicas as atas foram perdidas,
87 sendo que, a proposta é que se poderia passar para o CRH as atas das duas
88 reuniões extraordinárias para aprovação. A proposta foi aprovada por unanimidade.
89 Manifestações da Plenária: cada vez mais se comprova a necessidade de
90 infraestrutura na secretaria-executiva do Conselho de Recursos Hídricos para que
91 esses problemas não venham a prejudicar os encaminhamentos dos órgãos
92 superiores do sistema. O próximo item é o reconhecimento da proposta do território
93 de irrigação dos usos múltiplos da água do TIUMA, da bacia hidrográfica do rio
94 Santa Maria, conforme deliberação da reunião anterior, o encaminhamento que foi
95 dado foi encaminhar ao DRH faria o parecer. A Secretaria de Obras Públicas foi
96 convidada para fazer uma apresentação sobre o PIUMA, porém não foi dado o
97 retorno sobre a confirmação. No entanto, a parte do DRH foi feita, que era a
98 apresentação do parecer sobre as implicações técnicas na configuração desse



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

99 território. O Diretor do DRH, Marco Mendonça, faz uma breve apresentação sobre o
100 item de pauta: avaliando os projetos que estão sendo discutidos atualmente, a
101 outorga coletiva não é propriamente uma novidade aqui no estado, existem alguns
102 casos concretos onde já se faz isso, se faz algumas ressalvas, prioritariamente que
103 obedeça a delimitação da sub-bacia responsável pelas sessões hidrológicas. Na
104 parte do DRH não teria problema de reconhecer o TIUMA, mas avaliando outras
105 questões e as interferências que vão ser feitas, terá que ser feito um estudo de
106 impacto ambiental a posteriori, porque será outorgado um volume x de água e a
107 partir dali a forma como vai ser distribuída, gerenciada e seus respectivos impactos,
108 deverá ter um projeto propriamente dito mais esmiuçado para se poder avaliar em
109 detalhes. A questão que está em discussão e posta para a votação no CRH, é o
110 reconhecimento sobre a territorialidade, uma sub-unidade da bacia do Santa Maria.
111 Após as explicações técnicas da Chefe de Divisão de Outorga, o assunto retornará
112 para pauta e deliberação. O próximo item de pauta referente ao expediente
113 administrativo que trata da proposta de minuta de alteração do decreto estadual de
114 composição do CRH, que foi objeto do grupo de trabalho(desde 2012). O decreto
115 estadual altera o regimento interno de composição do CRH. A proposta apresentada
116 na plenária sugere que o CRH aprove a atualização das vagas das secretarias de
117 Estado, com a consequente ampliação da quantidade destas, até haver condições
118 de mudar a lei estadual e pleitear o equilíbrio das vagas entre Comitês e Secretarias
119 de Estado (inserção da Secretaria de habitação e Saneamento, Secretaria de
120 Desenvolvimento Rural e Secretaria de Segurança Pública) através de publicação do
121 decreto estadual visando essa composição. Após, teria a alteração do regimento
122 interno pelo CRH. A decisão acordada pela maioria (com uma discordância) junto ao
123 CRH é de não encaminhar alterações no Decreto Estadual de composição até as
124 eleições e que as entidades representativas das sociedades possam indicar aos
125 candidatos as necessidades de alteração. O próximo item retoma a questão do
126 reconhecimento do TIUMA Taquarembó e Jaguari. A Chefe de Divisão de Outorga,
127 Rejane Abreu, esclarece algumas questões sobre os parâmetros técnicos sobre o
128 parecer distinguindo as especificidades das legislações quando se trata dos tipos de
129 intervenções estruturais. Após, é colocada em votação com aprovação unânime.
130 Próximo item de pauta é a aprovação da minuta de resolução que cria o grupo de
131 trabalho da câmara técnica de águas subterrâneas, em relação à alteração do
132 decreto estadual nº 42.047/2002. A chefe de divisão de outorga, Rejane Abreu,
133 explica que o DRH vem enfrentando há bastante tempo muitos problemas em
134 relação à perfuração de poços de forma irregular, sem autorização. O Grupo de
135 Trabalho criado no âmbito da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas está
136 propondo um maior disciplinamento sobre tais situações. Outra questão, o grupo
137 saiu de dentro da câmara técnica, se chamou pessoas de outros órgãos, do CREA,
138 CPRM, UFRGS, que auxiliaram na redação desse decreto que ainda está passando
139 pela análise de dois promotores do Ministério Público Estadual. Foi sugerida pelo
140 conselheiro Daniel Schmitz a troca da identificação da Instituição pelo Comitê em
141 que o representante atua (quando for o caso). O Diretor do DRH, Marco Mendonça,
142 faz uma breve contextualização sobre o universo dos poços outorgados no Rio
143 Grande do Sul, exemplificando a precariedade no cenário atual quando cruza a
144 realidade outorgada (cerca de 10.000 poços) com as informações existentes de
145 outras fontes (Censo 2010, IBGE , aponta a existência de 503.000 poços no estado).
146 Informa que a Associação Gaúcha de Perfuradoras já entrou com uma liminar na
147 justiça para derrubar artigo da Resolução CRH 141/2014 (Plano Estadual de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

148 Recursos Hídricos) que trata das exigências técnicas para as empresas perfuradoras
149 que solicitam outorga. A Chefe da Divisão de Outorga, Rejane Abreu, finaliza
150 afirmando que o decreto estadual só trata de águas subterrâneas, e que está
151 preocupada com a proximidade do final de ano, pode-se correr o risco da proposta
152 de alteração não chegar na casa civil. O Secretário de Meio Ambiente, Neio Lucio
153 Fraga Pereira, informa que parte dos problemas referente à necessidade de técnicos
154 será equacionada, pois, no próximo dia 28 de setembro ocorrerá o concurso público
155 do estado, onde está incluído a SEMA, com grande parte das vagas para o
156 Departamento de Recursos Hídricos. Após, é colocada em votação a minuta de
157 resolução que reconhece o grupo de trabalho da câmara técnica de águas
158 subterrâneas. Proposta aprovada por unanimidade. Próximo item de pauta,
159 encaminhamento sobre a criação do TIUMA do Gravataí. O conselheiro Paulo
160 Robinson afirma que, conforme a regra da criação do território de irrigação dos usos
161 múltiplos da água, a proposta foi encaminhada e aprovada pelo Comitê Gravataí e
162 agora é repassado para o CRH reconhecer ou não. O território que foi definido na
163 bacia do Gravataí, o assentamento Filhos de Sepé em Viamão, é uma área
164 complexa, onde a sociedade vem trabalhando através do plano de ações para sua
165 melhoria. É aprovado por unanimidade o encaminhamento sugerido (Comitê
166 Gravataí encaminha Relatório Técnico para o DRH, que encaminha o parecer
167 técnico e reenvia para o CRH para votação). Próximo item de pauta: publicação da
168 renovação do acordo sobre retirada de água na bacia do rio Gravataí (Safrá 2014-
169 2015). O conselheiro Paulo Robinson afirma que esse processo existe desde 2005,
170 precavendo de possíveis mudanças no processo da tomada de água do Rio
171 Gravataí. Houve avanços desde 2005, evitando, mesmo com falta de chuva, a falta
172 de água, pois mesmo com um acordo político comum entre as partes envolvidas,
173 reconhece-se o instrumento legal e a necessidade do seu reconhecimento. O
174 conselheiro Paulo Robinson informa que os dois principais usuários sentaram,
175 acordaram, articularam e agora o Comitê Gravataí encaminha para a submissão ao
176 CRH o reconhecimento sobre a decisão. A republicação do acordo foi aprovada pelo
177 CRH por unanimidade. Próximo item de pauta: aprovação do regimento interno da
178 bacia hidrográfica do rio Mampituba. O vice-presidente da Câmara Técnica
179 Institucional e Jurídica (CTIJ), Eldo Costa, representante do comitê do rio Santa
180 Maria, informa que o regimento interno do rio Mampituba está aprovado pelo comitê
181 e que foi feita a análise pela CTIJ. O Comitê está solicitando esta aprovação com
182 urgência, pois estão nas tratativas da oficialização do convênio de manutenção e um
183 dos pré-requisitos é justamente a o regimento interno. Em votação, foi aprovado por
184 unanimidade pelo CRH. O último ponto de pauta é a deliberação sobre a moção de
185 apoio da PEC da água. Foi solicitada apresentação do Sindiáguas. A representante
186 do Sindiáguas, Ana, apresenta a proposta de emenda a Constituição Estadual
187 230/213, explicando que esta versão está na Comissão de Constituição de Saúde e
188 Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Ela já foi aprovada na Comissão de
189 Constituição e Justiça, que tem a competência para dizer se é constitucional ou não
190 perante a Casa Legislativa. Por sugestão do conselheiro Daniel Schmitz, sugere-se
191 aprovar a moção retificando o inciso 3, colocando que a unidade básica de gestão
192 de recursos hídricos é a bacia hidrográfica. O conselheiro afirma que sempre que
193 tiver algum gestor que queira sair de um serviço público para outro, ele tem que
194 consultar a sua população. Na moção especificamente, o Sindiáguas está pedindo
195 que ela saia da comissão de saúde e meio ambiente e tramite novamente, com
196 parecer favorável e que siga o curso normal dentro da Assembleia Legislativa. Foi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

197 colocada para aprovação com correção do inciso 3º, moção aprovada por
198 unanimidade. O conselheiro Daniel Schmitz informa sobre a realização, pela manhã,
199 da reunião no Fórum Gaúcho de Comitês no qual o assunto principal de pauta fora
200 os convênios de manutenção dos comitês de bacia hidrográfica. A pauta se deu em
201 virtude de uma série de dificuldades em desenvolvimento dos convênios e acordo
202 para assinatura dos convênios de manutenção. O fórum gaúcho faz uma
203 recomendação ao CRH que seja criado um grupo de trabalho para dirimir qualquer
204 dúvida e fazer encaminhamentos oficiais para dentro do CRH da manutenção dos
205 comitês de bacia hidrográfica, estado de utilização dos recursos do Fundo de
206 Recursos Hídricos para manter a base, o sistema de participação está precário por
207 diversos motivos e reconhecimento dos comitês e das instâncias de convênios, que
208 são as entidades conveniadas com o governo do estado, internamente pelo dialogo
209 ou pela dificuldade de tramitação e pela figura chamada CAGE. O comitê de bacia
210 hidrográfica, em dialogo com o DRH e os setores de planejamento da própria SEMA
211 acordou em fazer esse grupo de trabalho para que ele tramite por dentro do sistema,
212 no órgão superior do sistema. Se recomendou que houvesse um grupo de trabalho
213 misto de três comitês titulares e três suplentes juntamente com os órgãos de
214 planejamento e financeiro da SEMA para que a partir desse grupo de trabalho se
215 fizesse a construção de instrumentos para dirimir qualquer desacordo em relação a
216 regramentos oficiais e legais do uso de recurso e que a partir daí o CRH tome sua
217 posição clara e defina encaminhamentos em relação a isso. A recomendação é que
218 também se tenha o Tribunal de Contas e a CAGE dentro desse grupo. O conselheiro
219 Daniel Schmitz solicita esclarecimentos sobre a deliberação do grupo de trabalho
220 para o Plano Estadual de Recursos Hídricos, ressaltando que é um grupo que já
221 deveria estar trabalhando há mais tempo, pois tratará de questões relativas a
222 implementação da cobrança e das agências. Com a definição dos nomes, faltaria
223 definir uma dinâmica. A Secretária-Executiva Adjunta do CRH, Carmem Silva,
224 informa que a publicação da resolução que cria a Câmara Técnica está no jurídico
225 para publicação, e que houve demora no retorno da confirmação dos representantes
226 para constituição do grupo. Informa que ligou para a maioria dos representantes até
227 conseguir as indicações. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Neio Lucio
228 Fraga Pereira encerrou a reunião e eu, Patrícia Moreira Cardoso, lavro esta ata.